

Parecer nº 722/2022 – CGM

PROCESSO Nº 7/2022-00002

MODALIDADE: Dispensa de Licitação

OBJETO: Aquisição de combustíveis: óleo diesel S-10 e óleo S-500, fluídos, bem como graxas, aditivo antipolvente e óleos lubrificantes para atender a Agência de Saneamento de Paragominas.

VALOR GLOBAL: R\$ 382.745,00 (Trezentos e oitenta e dois mil setecentos e quarentas e cinco reais) a ser empenhado na dotação 2.148.

REQUISITANTE: Agência de Saneamento de Paragominas - SANEPAR

CONTRATADOS: Posto PIER 21 LTDA.

1. PRELIMINAR

Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnica é vinculada à atividade prevista na Constituição Federal em seu artigo 74 no qual prevê as atribuições do Controle Interno perante à administração pública, bem como sua responsabilidade. Cabe aos responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União e/ou respectivo tribunal de Contas que forem vinculados.

A Controladoria Interna tem sua legalidade, atribuições e responsabilidades entabulada no art. 74 da Constituição Federal/1988, *in verbis*:

“Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. § 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.”

No art. 17 da Lei Municipal nº 952/2017:

“Art. 17. Compete à Controladoria Municipal:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, bem como da aplicação de recursos públicos do Município por entidades de direito privado;

- III - exercer o controle das operações de crédito, dos avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;
- IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- V - examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;
- VI - examinar as fases de execução fomentar o controle social, viabilizando a divulgação de dados e informações em linguagem acessível ao cidadão, bem como estimulando sua participação na fiscalização das atividades da Administração Pública Municipal;
- VII - editar normas e procedimentos de controle interno para os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo.”

E ainda no art. 169 da Lei Federal nº 14.133/2021:

“Do Controle das Contratações:

Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:

I – primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade;

II – segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade;

III – terceira linha de defesa, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.

§ 1º Na forma de regulamento, a implementação das práticas a que se refere o caput deste artigo será de responsabilidade da alta administração do órgão ou entidade e levará em consideração os custos e os benefícios decorrentes de sua implementação, optando-se pelas medidas que promovam relações íntegras e confiáveis, com segurança jurídica para todos os envolvidos, e que produzam o resultado mais vantajoso para a Administração, com eficiência, eficácia e efetividade nas contratações públicas.

§ 2º Para a realização de suas atividades, os órgãos de controle deverão ter acesso irrestrito aos documentos e às informações necessárias à realização dos trabalhos, inclusive aos documentos classificados pelo órgão ou entidade nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e o órgão de controle com o qual foi compartilhada eventual informação sigilosa tornar-se-á corresponsável pela manutenção do seu sigilo.

§ 3º Os integrantes das linhas de defesa a que se referem os incisos I, II e III do caput deste artigo observarão o seguinte:

I – quando constatarem simples impropriedade formal, adotarão medidas para o seu saneamento e para a mitigação de riscos de sua nova ocorrência, preferencialmente com o aperfeiçoamento dos controles preventivos e com a capacitação dos agentes públicos responsáveis;

II – quando constatarem irregularidade que configure dano à Administração, sem prejuízo das medidas previstas no inciso I deste § 3º, adotarão as providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, observadas a segregação de funções e a necessidade de individualização das condutas, bem como remeterão ao Ministério Público competente cópias dos documentos cabíveis para a apuração dos ilícitos de sua competência.”

Neste sentido cabe a ressalva quando a responsabilização solidária do responsável pelo Controle Interno. Tal responsabilidade só ocorrerá em casos de conhecimento da ilegalidade ou irregularidade e não informar tais atos ao Tribunal de Contas no qual é vinculado, ferindo assim sua atribuição de apoiar o Controle externo.

2. RELATÓRIO

Trata-se do Processo Licitatório nº 7/2022-000002, na modalidade de Dispensa de Licitação, fundamentada no Art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666/93, cujo objeto é a Aquisição de combustíveis: óleo diesel S-10 e óleo S-500, fluídos, bem como graxas, aditivo antipolvente e óleos lubrificantes para atender a Agência de Saneamento de Paragominas.

O valor do Contrato será de R\$ 382.745,00 (Trezentos e oitenta e dois mil setecentos e quarentas e cinco reais) a ser empenhado na dotação 2.148. O processo encontra-se instruído com rol de documentos, suas fases de prosseguimento e seu respectivo encerramento.

Os documentos, em 01 (um) volume, foram encaminhados da CPL desta Prefeitura, no dia 05/10/2022, passando assim à apreciação desta Controladoria na seguinte ordem:

- I. Ofício Nº 446/2022 - SANEPAR;
- II. Cópia da Ata da Sessão Pública;
- III. Cópia do Contrato nº 036/2021;
- IV. Termo de Rescisão de Contrato;
- V. Publicação;
- VI. Ofício nº 432/2022;
- VII. Laudo de Execução;
- VIII. Documentos da Empresa
- IX. Ofício nº 165/2022 – GPP;
- X. Autorização de Abertura;
- XI. Laudo de Execução;
- XII. Justificativa;
- XIII. Solicitação de Dotação;
- XIV. Encaminhamento de Dotação;
- XV. Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira;
- XVI. Autorização;
- XVII. Solicitação de Despesa nº 20220926001;
- XVIII. Autorização;
- XIX. Solicitação de Despesa nº 20220926002;
- XX. Mapa de Cotação de Preços – Preço Médio;
- XXI. Resumo de Cotação de Preços – Menor Valor;
- XXII. Resumo de Cotação de Preços – Valor Médio;
- XXIII. Termo de Referência;
- XXIV. Portaria nº 006/2022 e Publicação;
- XXV. Termo de Autuação;
- XXVI. Declaração de Dispensa;
- XXVII. Solicitação do Termo de Ratificação e Homologação;
- XXVIII. Termo de Ratificação;

- XXIX. Aviso de Divulgação do Termo de Ratificação;
- XXX. Certidão de Divulgação do Termo de Ratificação;
- XXXI. Termo de Homologação;
- XXXII. Aviso de Divulgação do Termo de Homologação;
- XXXIII. Certidão de Divulgação do Termo de Homologação;
- XXXIV. Extrato de Dispensa;
- XXXV. Minuta do Contrato;
- XXXVI. Parecer Jurídico nº 063/2022;
- XXXVII. Ofício nº 488/2022 – Departamento de Licitação / Setor de Contratos (Solicitação do Parecer Técnico do Controle Interno).

É o necessário a relatar. Ao opinativo.

3. EXAME

Em observância aos documentos que aqui foram apresentados para análise, vislumbra-se possuir todos os requisitos imperativos indispensáveis e determinados pelas Leis e Resolução que versam sobre o tema, bem como aos princípios norteadores do Direito Administrativo, atestando assim a regularidade do procedimento.

Não obstante, solicitamos que antes da eventual assinatura do Contrato Administrativo devem-se verificar todos os documentos relativos à regularidade da empresa a ser contratada.

O Controle Interno dessa Prefeitura observou o Parecer Jurídico onde foram citados os requisitos legais que amparam a celebração do Contrato.

Ao final, todos os atos do referido processo devem ser publicados.

Frente ao exame de todo o processo licitatório passa-se à conclusão.

4. CONCLUSÃO

Face ao exposto, considero a regularidade do Processo Licitatório nº 7/2022-000002, na modalidade de Dispensa de Licitação, fundamentada no Art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93, cujo objeto é a Aquisição de combustíveis: óleo diesel S-10 e óleo S-500, fluídos, bem como graxas, aditivo antipolvente e óleos lubrificantes para atender a Agência de Saneamento de Paragominas, tendo em vista ao amparo legal e presentes os requisitos indispensáveis à realização do Processo, sendo ele revestido de todas as formalidades legais, RATIFICO, para os fins de mister, no sentido positivo e ao final sua PUBLICAÇÃO. Sem mais, é o parecer da Controladoria Geral do Município.

Paragominas (PA), 13 de outubro de 2022.

Jorge Williams de Araújo Silva Filho
Controladoria Geral do Município